



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA
DO TRABALHO

ATO Nº 172, DE 2 DE JULHO DE 2018

O VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXVIII do art. 9º do Regimento Interno do CSJT;

Considerando o constante do Memorando CGPES/CSJT n.º 29, de 26 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Dispensar a servidora ROSANNE CRISTINA COLOMBELLI GONTIJO, código 54306, requisitada do Ministério Público Federal, da função comissionada de Assistente 4, nível FC-4, da Tabela de Funções Comissionadas da Coordenadoria de Gestão de Pessoas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Art. 2º Designar a servidora ROSANNE CRISTINA COLOMBELLI GONTIJO, código 54306, requisitada do Ministério Público Federal, para exercer a função comissionada de Assistente 3, nível FC-3, da Tabela de Funções Comissionadas do Núcleo de Educação Corporativa da Coordenadoria de Gestão de Pessoas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Art. 3º Designar a servidora ANA CLÁUDIA CARRIELLO BASILIO PEREIRA, código 61875, Analista Judiciário, Área Judiciária, especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, requisitada do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para exercer a função comissionada de Assistente 4, Nível FC-4, da Tabela de Funções Comissionadas da Coordenadoria de Gestão de Pessoas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em vaga decorrente da dispensa da servidora Rosanne Cristina Colombelli Gontijo.

MINISTRO RENATO DE LACERDA PAIVA

RETIFICAÇÃO

No Ato Conjunto nº 23, de 28 de junho de 2018 e Ato nº 170, de 29 de junho de 2018, publicados no DOU de 2/7/2018, Seção 2, pág. 92, nas assinaturas, onde se lê: Des. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA, leia-se: Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA.

(p/Coejo)

SECRETARIA

ATO Nº 360, DE 2 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

considerando o constante do Processo TST nº 503.138/2018-0;

considerando o constante do memorando nº 29, de 28/6/2018, do Gabinete da Ex.ma Sr.ª Ministra Maria Helena Mallmann;

considerando o constante do memorando nº 79, de 29/6/2018, do Gabinete da Presidência, resolve:

1 - Dispensar o servidor RAFAEL RODRIGUES MUNARI, código 52034, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, do Gabinete do Ex.mo Sr. Ministro Breno Medeiros, com efeitos a contar de 2 de julho de 2018.

2 - Designar o servidor HELIO FRANCISCO RAMOS, código 42261, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 3, Nível FC-3, do Gabinete da Presidência, ficando dispensado, a pedido, da função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, do Gabinete da Ex.ma Sr.ª Ministra Maria Helena Mallmann.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

ATO Nº 361, DE 2 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

considerando o constante do memorando nº 54, de 28/6/2018, da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória, resolve:

1 - Dispensar a servidora STELA MARIS DO ESPIRITO SANTO FERNANDES, código 22090, Técnica Judiciária, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória.

2 - Designar o servidor JOSE BORGES DE OLIVEIRA FILHO, código 48514, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Análise de Sistemas, para exercer a função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO Nº 2.448, DE 29 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 013569/16-00.08 do Sistema Eletrônico de Informações, resolve:

PRORROGAR, até 14 de julho de 2020, nos termos do artigo 1º do Provimento nº 103/11, o período constante do Ato nº 1851, de 13 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 14 de julho de 2016, que designou o Dr. RICARDO VERGUEIRO FIGUEIREDO, matrícula 7488, Juiz-Auditor da 1ª Auditoria da 2ª CJM, para exercer a função de DIRETOR DO FORO DA 2ª CJM.

JOSÉ COELHO FERREIRA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATO Nº 6.361.894, DE 29 DE JUNHO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e tendo em vista o que consta do PAe 0029483-49.2017.4.01.8008, e tendo em vista o Resultado Final do SINAR 2018, publicado no Diário Oficial da União de 20/06/2018, resolve:

I - REMOVER, pelo Sistema Nacional e Remoção - SINAR 2018, o servidor MARCELO PARMA MACHADO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança e Transporte, Classe C, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para a Subseção Judiciária de Manhuaçu.

II - REVOGAR o Ato PRESI 1249, de 29/11/2016 publicado no Diário Oficial da União de 06/12/2016, Seção 2, na parte referente à remoção do servidor supramencionado pelo Sistema Nacional de Remoção - SINAR 2016, para a Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

Des. Federal CARLOS MOREIRA ALVES

ATO Nº 6.341.476, DE 28 DE JUNHO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0006966-16.2018.4.01.8008, resolve:

REDISTRIBUIR nos termos do art. 37, da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Lei 9.527/1997, c/c a Resolução n. 146/2012-CNJ, um cargo da categoria funcional de Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Muriaé, ocupado pelo servidor EDSON MARTINS JÚNIOR, para o Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo em reciprocidade a um cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, ocupado pela servidora ANDRÉA GARCIA DE SOUZA NACIF.

Des. Federal CARLOS MOREIRA ALVES

ATO Nº 6.355.792, DE 29 DE JUNHO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0005964-20.2018.4.01.8005, resolve:

APOSENTAR o servidor CHRISTOVAM CHAGAS FILHO, Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Nível Superior, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, com fundamento no art. 40, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, combinado com o art. 6º-A, parágrafo único, da Emenda Constitucional 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional 70/2012 e art. 186, inciso I, da Lei 8.112/90, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela remuneração do cargo efetivo, com a vantagem prevista no art. 15, § 1º, da Lei 9.527/97, art. 62-A da Lei 8.112/90 e art. 16 da Lei 11.416/2006.

Des. CARLOS MOREIRA ALVES

ATO Nº 6.362.044, DE 29 DE JUNHO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e tendo em vista o que consta do PAe 0029483-49.2017.4.01.8008 e tendo em vista o Resultado Final do SINAR 2018 publicado no Diário Oficial da União de 20/06/2018, resolve:

I - REMOVER, para a Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, Subseção Judiciária de Vitória, pelo Sistema Nacional e Remoção - SINAR 2018, o servidor RENAN PINTO RODRIGUES, Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Classe C, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Poços de Caldas.

II - REVOGAR, o Ato PRESI 1249, de 29/11/2016, publicado no Diário Oficial da União de 06/12/2016, Seção 2, na parte referente à remoção do servidor supramencionado pelo Sistema Nacional de Remoção - SINAR 2016, para a Seção Judiciária do Estado do Paraná, Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu.

Des. Federal CARLOS MOREIRA ALVES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO ESPIRITO SANTO

ATO Nº 369, DE 18 DE JUNHO DE 2018

O DESEMBARGADOR ANNIBAL DE REZENDE LIMA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o contido nos autos de protocolo nº 3892/2018 e nos termos do disposto no art. 37 da Lei Federal nº 8.112/90, na Resolução TSE nº 23.563/2018 e na Resolução CNJ nº 146/2012, resolve:

I - REDISTRIBUIR o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Regional, ocupado pela servidora ANDREA GARCIA DE SOUZA NACIF, para o Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em reciprocidade, com o cargo de idêntica denominação ocupado pelo servidor EDSON MARTINS JÚNIOR.

II - CONCEDER, nos termos do artigo 18, caput, da Lei Federal nº 8.112/90; artigo 7º da Resolução CNJ nº 146/2012 e artigo 33 da Resolução TSE nº 23.563/2018, 15 (quinze) dias de trânsito ao servidor EDSON MARTINS JÚNIOR, a contar da publicação deste Ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.

ANNIBAL DE REZENDE LIMA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DE MINAS GERAIS

ATO Nº 21, DE 28 DE JUNHO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, resolve:

declarar vago, a partir de 1º/03/2018, o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, criado pela Lei nº 10.842/2004, Classe B, Padrão 10, ocupado pelo servidor ELIUD PROVEDEL MARTINS, na 065ª ZE de Campos Gerais, em virtude de seu pedido de exoneração, nos termos do artigo 34, caput, da Lei nº 8.112/90, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.527/97.

Des. PEDRO BERNARDES

PORTARIAS Nº 128, DE 26 DE JUNHO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 23.448, de 22 de setembro de 2015, do Tribunal Superior Eleitoral, e as Resoluções nºs 873, de 10 de novembro de 2011, e 803, de 3 de dezembro de 2009, do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Fica dispensado(a) da Função Comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-06, na 88ª Zona Eleitoral, de CONSELHEIRO LAFAIETE, o(a) servidor(a) CINTHIA FONSECA RAMALHO FORTES, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, nos termos do documento PAD nº 40961/2018.

Parágrafo único. Os efeitos decorrentes da dispensa de que trata o caput deste artigo retroagem a 27/02/2018.

Art. 2º Fica designado(a) o(a) servidor(a) DELMA DE CÁSSIA ANDRADE, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer Função Comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-06, na 88ª Zona Eleitoral, de CONSELHEIRO LAFAIETE, nos termos do documento PAD nº 40961/2018.

Parágrafo único. Os efeitos decorrentes da designação de que trata o caput deste artigo retroagem a 27/02/2018.

Art. 3º Fica dispensado(a) da Função Comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-06, na 135ª Zona Eleitoral, de ITAMARANDIBA, ALEXANDRA ALVES MEIRA DE MORAIS, servidor à disposição deste Tribunal, nos termos do documento PAD nº 277306/2017.

Parágrafo único. Os efeitos decorrentes da dispensa de que trata o caput deste artigo retroagem a 01/01/2018.

Art. 4º Fica designado(a) o(a) servidor(a) MARCELO DE SOUSA ELOI, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer Função Comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-06, na 135ª Zona Eleitoral, de ITAMARANDIBA, nos termos do documento PAD nº 277306/17.

Parágrafo único. Os efeitos decorrentes da designação de que trata o caput deste artigo retroagem a 01/01/2018.

Art. 5º Fica dispensado(a) da Função Comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-06, na 144ª Zona Eleitoral, de JACINTO, o(a) servidor(a) FERNANDO REBOUÇAS GUIMARÃES, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, nos termos do documento PAD nº 38235/2018.

Parágrafo único. Os efeitos decorrentes da dispensa de que trata o caput deste artigo retroagem a 23/02/2018.